



# FÓRUM microfinanças

ANO 2004 | Nº 2 | NOVEMBRO

## editorial

02

Instituições internacionais de microfinanças se encontram no Rio pela primeira vez

04

André Urani, diretor do Iets, fala sobre o papel dos governos municipais no fomento às microfinanças

06

A Abcred e o financiamento da economia popular

08

Distribuição geográfica dos microempreendedores no Estado do Rio de Janeiro

12

Análise do setor no Rio de Janeiro

2

Caro leitor,

Ninguém questiona a importância do crédito como fator essencial de produção; é unânime o reconhecimento de que sem oferta estável e perene de capital financeiro constrange-se o desenvolvimento.

Importa, em especial, aos pequenos e micro empreendimentos, que, dada a lógica do sistema, não têm acesso a capital, por não cumprirem requisitos mínimos estabelecidos pelo mercado financeiro. Falta-lhes, entre outros, garantias reais, escrituração legal e até, em alguns casos, comprovação de residência. Barreiras a crédito limitam particularmente o desenvolvimento deste estrato produtivo, que absorve mais da metade da população ocupada do Brasil.

A administração FHC foi a primeira do Governo Federal a reconhecer a necessidade de construir uma ponte entre empreendedores de baixa renda e a oferta de crédito destinado à produção. Dois vetores foram priorizados: a construção de marco regulatório que ampliasse o quadro institucional à disposição das organizações comprometidas com a estruturação da oferta sistemática de crédito aos pequenos e micro empreendedores e o estabelecimento de linhas oficiais de financiamento ao setor.

Faltou, no entanto, articulação entre os atores envolvidos na construção do sistema, notadamente os bancos públicos, os ministérios setoriais, a sociedade civil, os governos estaduais e municipais e o sistema financeiro formal. Faltou ainda articular microcrédito a outras políticas públicas de apoio ao desenvolvimento empresarial, como assistência técnica permanente, apoio à comercialização, formação profissional, capacitação em gestão, entre outras. Com a eleição do Presidente Lula, criou-se a expectativa de espraçamento das políticas de apoio aos empreendedores de baixa renda.

Em meados do ano de 2003, o Governo Federal lançou programas que enfatizaram a regulamentação de cooperativas de crédito, a oferta de serviços bancários e o crédito de livre uso à população que tinha acesso limitado ao sistema financeiro. No entanto, não se priorizou crédito produtivo, que tem efeito multiplicador maior na geração de trabalho e renda, especialmente para as camadas mais pobres da população. Ou seja, lançou-se política de crédito que compromete renda futura em detrimento daquela que estimula a geração de renda.

As políticas de crédito produtivo do novo governo, até a segunda metade de 2004, foram estereis. Estabeleceu-se política limitada: a exigência de que bancos comerciais aplicassem 2% dos depósitos à vista em operações de microcrédito – entendido como crédito de pequeno porte, com destinação indeterminada – limitando-se os juros ao empreendedor a 2% ao mês. Como os bancos não têm metodologia adequada para operar a esta taxa com este público-alvo, optaram por depósitos junto ao BACEN, sem remuneração.

Foi só em 26 de agosto de 2004, com a publicação da Resolução 3229 do Conselho Monetário Nacional, que, efetivamente, se tangenciou a questão. Pela primeira vez, estimula-se a construção viável de pontes entre o sistema financeiro formal e o setor microfinanceiro, mediante a regulamentação da venda de seus recebíveis aos bancos.

O Planalto esforça-se para implementar uma política que, de fato, consiga prover um canal estável de recursos financeiros aos empreendedores de baixa renda. Mas ainda há um longo caminho. Espera-se que o Governo Federal consiga mover sua estrutura executiva na velocidade que o problema solicita; que se articule com outros atores, como o setor financeiro formal, outros níveis de governo e, especialmente, com o setor microfinanceiro, que, por trabalharem na ponta há vários anos, já acumularam conhecimento suficiente para responder às demandas dos produtores de mais baixa renda.

Resta uma indagação, ainda a ser explorada em outro número deste boletim: por que o Governo do Estado do Rio de Janeiro e os municípios fluminenses, com destaque para a Prefeitura Municipal da capital, ainda não implementaram uma política de microcrédito produtivo?

Manuel Thedim

# Aprendendo com a experiência alheia

Rosa Lima

Juntas pela primeira vez, instituições de microfinanças internacionais decidem trocar informações para fazer avançar a prestação de serviços financeiros aos pobres

A exclusão da população de baixa renda do sistema financeiro formal não é problema só no Brasil. Mesmo as maiores economias do mundo, como Estados Unidos e Inglaterra, registram enormes disparidades de acesso a serviços financeiros. Embora com extensão diferente, conseguir dinheiro, seja para crédito pessoal, para montar ou tocar um pequeno negócio, seja para construir a casa própria é difícil e, principalmente, muito caro, para os pobres de muitos países. Conhecer a realidade de cada um deles e saber que estratégias adotam para lidar com o problema é o primeiro passo na tentativa de fazer avançar a democratização do sistema financeiro.

Esta foi a principal conclusão tirada do seminário que discutiu o problema da exclusão financeira e as oportunidades e desafios colocados para as instituições privadas do setor. O encontro, uma iniciativa do Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade (IETS), em conjunto com o Instituto Woodstock, de Chicago, e o apoio do Sebrae-RJ e do Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro, reuniu no Rio, nos dias 18, 19 e 20 de outubro, representantes de organizações não-governamentais de seis países. Além do Brasil, Inglaterra e Estados Unidos, também estiveram presentes representantes de ONGs do México, da África do Sul e da Índia.

"Foi a primeira vez que essas instituições se encontraram. Foi uma grande oportunidade para falarmos dos sucessos e dos fracassos que temos tido no atendimento à população de baixa renda e os desafios a serem enfrentados aqui para frente. No final, o que aprendemos foi que nossos países são a um só tempo semelhantes e diferentes. Somos semelhantes no grau de exclusão dos pobres às instituições financeiras convencionais; e diferentes em termos das estratégias que vêm sendo adotadas para conseguirmos que essa população tenha acesso a produtos financeiros", disse o presidente do Instituto Woodstock, Malcolm Bush, em entrevista ao Boletim do Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro.

## Estratégias

O que se viu no seminário foi que, para alguns países, como a África do Sul e os Estados Unidos, onde as instituições financeiras são privadas, o caminho a seguir é o de criar leis que pressionem os bancos

convencionais a atenderem os pobres. Para outros, como a Índia e a Grã-Bretanha, o caminho mais fácil é capacitar o Terceiro Setor para prestar esse serviço, já que a resistência dos grandes bancos a trabalhar com esse público é enorme. Como fazer para que essas iniciativas ganhem escala e atinjam o grosso da população é o desafio maior. No caso do Brasil, onde os serviços microfinanceiros podem ser oferecidos tanto por bancos públicos quanto por instituições privadas, sejam bancos ou SCMs, e por Oscips, há trabalho a ser feito em várias frentes, principalmente na definição dos papéis sob responsabilidade de cada setor (leia a entrevista com André Urani sobre o papel do setor público municipal no apoio às microfinanças, nas páginas 4 e 5).

"O mais importante neste momento, independente das nossas diferenças, é que podemos aprender uns com os outros", acredita Malcolm Bush. De acordo com o presidente da ONG americana, muitos dos bancos com os quais lidamos estão em vários dos nossos países. Portanto, se eles oferecem determinado serviço em um país, podem ser pressionados a fazer o mesmo em outro, acredita. Ou, no sentido contrário, se algum banco está adotando um comportamento predatório em relação à população de baixa renda, fazendo com que ela seja levada a se endividar cada vez mais, esse comportamento pode ser denunciado de forma a evitar que o mesmo aconteça em outros países. "O plano de ação que definimos para o momento é o de trocar o máximo de informação possível e aprender com a experiência alheia", disse Malcolm Bush.

Para isso, além do compromisso de manterem contato à distância, os representantes das ONGs internacionais presentes ao encontro do Rio deverão se encontrar novamente em março do próximo ano, em Washington, no seminário organizado anualmente pelo The National Community Reinvestment Coalition (NCRC), o fórum nacional americano que reúne as diversas instituições do país interessadas no combate à exclusão financeira. O NCRC também criou uma lista de discussão, que permitirá a troca de informações e experiências no combate às práticas de empréstimo predatórias no mundo todo. Para ingressar na lista, visite o endereço eletrônico <http://groups.yahoo.com/group/GlobalFairBanking>.

## Um país rico, mas desigual

Americanos se mobilizam para regularizar instituições financeiras informais e fazer com que os grandes bancos atendam a todas as minorias de forma mais igualitária

A raça, às vezes mais do que a renda, é um fator importante para explicar por que as pessoas são tratadas de forma diferente nos Estados Unidos. No acesso aos serviços financeiros, essa realidade se repete. Num país em que 66,2% das famílias possuem casa própria, de acordo com o Censo de 2000, a taxa de propriedade para os brancos é de 71,3% e para os negros, 46,3%.

Em termos de financiamento à casa própria, as minorias (comunidades étnicas e de baixa renda) são muito mais sujeitas a empréstimos caros do que as famílias brancas. Basicamente, porque os bancos convencionais pouco operam nessas comunidades pobres e elas ficam sujeitas aos serviços oferecidos por operadores que atuam na informalidade, cobrando juros muito mais altos do que o praticado pelo mercado regular, explica o presidente do Instituto Woodstock, Malcolm Bush. Segundo dados do Censo oficial, em 2002, 27% das hipotecas para negros, contra 7,1% para brancos, foram feitas por operadores de segunda linha, que atuam numa zona cinzenta e pouco regulada do mercado.

O sistema bancário americano é privado. Empréstimos para a compra da casa própria são oferecidos a juros de 6,5% ao ano, por um período de 30 anos. "Quem não consegue empréstimo convencional, apela para as instituições da periferia que cobram de 10% a 15% de juros ao ano. Em trinta anos, a diferença só faz crescer e impõe um nível de endividamento absurdo para as comunidades de baixa renda", afirma Malcolm Bush.

A pesquisa do Banco Central americano de 1988, sobre finanças dos pequenos negócios, também tem dados reveladores da desigualdade racial. Ela mostra, por exemplo, que, enquanto 94,7% dos

pequenos empreendedores brancos têm conta corrente ou poupança, 88,4% dos pequenos empreendedores negros as têm. A porcentagem de pequenos negociantes negros que tomam dinheiro emprestado da família ou dos amigos é de 16,6%, contra 12,4% dos pequenos negociantes brancos.

No que diz respeito a crédito pessoal, estudo de 2001 do Banco Central dos EUA sobre finanças do consumidor, revela que 96,5% das famílias brancas detêm algum tipo de conta bancária. Para as famílias não-brancas (negras, hispânicas, etc), esse percentual cai para 78,2%.

"Hoje, temos dois grandes desafios: conseguir que os grandes bancos atendam as comunidades de baixa renda e regularizar a operação daqueles que vivem na zona cinzenta de forma que eles não explorem os pobres como fazem atualmente", diz o presidente da ONG americana.

## História

Segundo Malcolm Bush, a desigualdade financeira nos Estados Unidos é fruto do processo de grandes mudanças demográficas ocorridas no país nos anos 60 e 70. Terminada a Segunda Guerra, o governo americano passou a oferecer diversos incentivos para a construção de novas áreas residenciais nos subúrbios das grandes cidades, o que atraiu grandes contingentes da classe média branca. Ao mesmo tempo, a crescente mecanização da agricultura passou a expulsar das fazendas do sul os ex-escravos negros, que migraram para o norte em busca de empregos. Em pouco tempo, as instituições financeiras seguiram os passos da classe média branca, deixando os bairros negros das grandes cidades sem

recursos econômicos e entregues ao empobrecimento.

Somente em 1975, em consequência do movimento de diversas organizações não-governamentais, foi aprovada uma lei federal que obrigava os bancos a divulgarem em que áreas e para quem eram destinados seus empréstimos. Dois anos depois, mais um avanço: desta vez uma lei determinava que as instituições financeiras atendessem as necessidades da população em todo o país, independente de renda ou cor.

"É claro que a simples aprovação de uma lei não garante sua implementação. Somente depois de muita pressão é que, já nos anos 90, durante a administração de Bill Clinton, é que as agências reguladoras do setor financeiro começaram a cobrar dos bancos o atendimento às comunidades pobres", relewa Malcolm Bush.

Os resultados foram animadores: - De 1993 a 1997, os empréstimos à população de baixa renda cresceram 36%, contra 16% à população de renda média. - No mesmo período, o crédito para minorias cresceu 53%, contra um aumento de apenas 13% para os brancos.

Mas a administração George W. Bush, contrária à regulação e ao atendimento compulsório aos pobres, representou um grande retrocesso no movimento. "Por isso, precisamos estar permanentemente mobilizados", finaliza o presidente do Instituto Woodstock, entidade que, desde 1973, vem trabalhando pela promoção de ações em prol da inclusão financeira das comunidades pobres americanas. O instituto tem sede em Chicago e pode ser contactado pelo e-mail [woodstock@woodstockinst.org](mailto:woodstock@woodstockinst.org). Seu website na internet é [www.woodstockinst.org](http://www.woodstockinst.org).

# André Urani

## “O papel do poder público não é o de substituir o mercado”

Por Rosa Lima

**Primeiro secretário de Trabalho do Município do Rio de Janeiro, na gestão do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000), André Urani, diretor-executivo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, defende que o poder público municipal pode atuar de várias maneiras para incrementar os serviços microfinanceiros. Só não deve tentar substituir o mercado. "A experiência brasileira e internacional mostra que, quando se tenta substituir o mercado através do governo, você cria bombas-relógio que tipicamente costumam estourar em algum momento e não são sustentáveis. E isso não é desejável para o desenvolvimento do segmento do microcrédito no longo prazo", diz. Mas o que os governos municipais podem fazer não é pouco. "Trata-se muito mais de ajudar o mercado a se desenvolver, a se aprofundar", prega o economista. Nesta entrevista ele fala sobre as medidas que as prefeituras podem tomar para fomentar o mercado e relata sua própria experiência no desenvolvimento do setor quando esteve no governo municipal.**

### O que o poder público municipal pode fazer para incrementar os serviços microfinanceiros?

Não existe uma receita mágica, mas certamente existe espaço para que o município faça muita coisa em prol das microfinanças. Não é viável imaginar que numa cidade como o Rio de Janeiro vai-se ter a mesma estratégia que em Sapucaia ou em Petrópolis. São municípios de portes diferentes, com realidades econômicas diferentes... Vou falar mais de cidades grandes e médias até porque as pequenas geralmente têm uma base mais rural. E o microcrédito faz mais sentido, como questão no Brasil hoje, no meio urbano e metropolitano do que no meio rural. Porque a pobreza, principalmente aqui no Sudeste, está concentrada nas grandes cidades, nas grandes regiões metropolitanas. Mas cada caso é único e precisa ser analisado a partir das situações concretas que se apresentam naquele momento.

### Conhecer a realidade de cada local, então, seria uma pré-condição para qualquer política de microfinanças que se queira implantar?

O primeiro passo é justamente fazer um diagnóstico abrangente que não apenas possa dar uma idéia de qual é o público potencial de um mercado como esse, mas também que informe algumas características fundamentais das pessoas que compõem esse público: o que fazem, como fazem, como compram, como vendem, se são capacitados, se não são, se comercializam em conjunto ou não, se têm um mínimo de gestão tecnológica, se têm acesso a outros

canais de financiamentos que não sejam aqueles formais, etc. Isso tudo deve servir para traçar um fundo sobre o qual uma estratégia de microcrédito deve ser elaborada. Eu não acho que exista espaço hoje para se ter uma boa política de microcrédito com o poder público, sendo ele o ofertante do crédito. Não é esse o papel que cabe ao governo. Não estou falando que não existe espaço para política pública, mas, para usar uma expressão que os economistas usam

### "A função mais nobre que o poder público poderia assumir é produzir informações que o mercado precisa para operar bem"

muito, trata-se muito mais de ajudar o mercado a se desenvolver, a se aprofundar, do que de substituir o mercado. Uma vez que você tenha feito o diagnóstico você possivelmente vai ver que o mercado não funciona direito, ele é incompleto, tem falhas e, em suma, tem uma série de distorções que não são desejáveis. Agora, a experiência brasileira e internacional mostra que, quando a partir de um diagnóstico você parte para tentativas de substituir o mercado através do governo, você cria bombas-relógio que tipicamente costumam estourar em algum momento e que não são sustentáveis. E isso não é desejável para o desenvolvimento do segmento do microcrédito no longo prazo.

### O que o governo municipal pode fazer para fomentar o mercado?

Ele pode fazer isso de várias maneiras. O mercado de crédito é tipicamente incompleto, tem falhas, tem pouca profundidade porque tem muita assimetria de informações. O papel que o poder público deveria assumir, mas não tem o hábito de fazê-lo, é o de disponibilizar informações que o mercado precisa ter para operar bem. Em primeiro lugar, a prefeitura pode fazer isso através de pesquisa primária. Pode saber minimamente características daqueles que estão na informalidade ou em pequenos negócios, saber em que setor de atividade eles atuam, qual é o seu ciclo de negócios, a maturação ou a demanda por capital de giro em função da natureza do produto, etc. A prefeitura pode saber minimamente como essas pessoas compram, como elas vendem, quanto faturam, quanto e como gastam, saber decodificar como funcionam esses interesses. Na verdade existe uma enorme ignorância. E na escuridão as pessoas se movem com cautela, é natural.

### Mas o agente de crédito não faz exatamente esse papel, de levantar essas informações sobre o cliente?

O agente de crédito faz o trabalho artesanal que procura justamente suprir essa insuficiência de informações, mas de uma forma muito intensiva em trabalho, e isso custa muito caro. Esse custo tem que ser repassado para o tomador do crédito, e isso vira taxa de juros mais elevada. O poder público poderia ter essa função nobre de produzir informações e oferecê-las às

operadoras do mercado. Com isso, o custo da operação cairia muito e, por conseguinte, as taxas de juros também. Essa é uma primeira grande função do poder público que eu não vejo ninguém fazendo. Uma outra coisa nessa mesma linha que deveria ser feita, no meu ponto de vista, é trabalhar em outras áreas que são complementares ao crédito, inicialmente nas próprias finanças. Na área financeira há instrumentos que poderiam alavancar o mercado de crédito para os micros e pequenos negócios, como por exemplo, fomentando o surgimento de instituições que fossem especializadas na concessão de garantias e retrogarantias a operações de microcrédito. Qual é a vantagem disso? A vantagem é que se o poder público colocar dinheiro ali, esse dinheiro em primeiro lugar é alavancado.

### Há experiências bem-sucedidas desse tipo, do poder público local atuar fomentando o mercado de microcrédito?

Isso tem sido feito em larga escala no mundo inteiro. Os poderes locais vêm criando coisas desse tipo, na Europa, na Colômbia e na América Central. Aqui no Brasil existem alguns obstáculos que atrapalham, mas são obstáculos que precisam ser removidos. Os prefeitos podem ser parte desse lobby para que esses obstáculos sejam removidos.

### Que obstáculos são esses?

Os obstáculos são de várias naturezas, uma é jurídica. A nossa jurisprudência não facilita resgates de garantias, até mesmo o sistema hipotecário no nosso país é extremamente atrofiado porque você não consegue executar as garantias. E há ainda a questão do título de propriedade que também dificulta em algum momento você usar seu imóvel como garantia. É preciso, portanto, mudar questões jurídicas. Uma segunda área que é importante e que também podia ser trabalhada, de forma complementar no mundo das microfinanças, é a securitização de

recebíveis. O que é isso? É você adiantar para as pequenas empresas fornecedoras das grandes, o dinheiro que elas têm a receber por serviços prestados. O risco de uma microempresa não receber da grande empresa não é muito baixo, mas enquanto a microempresa não recebe, ela está em uma encrenca porque não consegue trabalhar sem dinheiro. Então você pode transformar isso em liquidez muito mais rapidamente. De novo, alavanca a questão do crédito, tem muito pouco risco ali. É questão de você conseguir costurar alguma institucionalidade para que esse tipo de mercado possa se desenvolver.

### "As prefeituras devem atuar como articuladoras dos atores locais, fazendo o papel de empresário político dos territórios que elas querem beneficiar"

### Que outro tipo de serviço as prefeituras podem oferecer?

Há uma série de outras coisas em termos de serviços de desenvolvimento empresarial, não financeiros, que operam de forma complementar ao microcrédito. O crédito é uma dentre outras coisas que fazem parte em um ambiente de serviços que deveria ser criado. Serviços como água, eletricidade, telecomunicações, crédito, capacitação, assistência técnica, assistência jurídica, assistência contábil, as empresas grandes têm acesso de forma naturalizada, mas o micro e pequeno não têm. Então, a questão é como ter uma política pública que é capaz de produzir um ambiente, semelhante àquele que existe em uma grande empresa, para a micro e pequena empresa. O crédito é um desses componentes, mas os outros precisam estar presentes. Os outros não necessariamente vão ser ofertados pelas prefeituras. Mas elas podem atuar fazendo o papel de articulador, de

empresário político dos territórios que elas querem beneficiar. Isso é importante para o beneficiário e é importante para quem está operando na venda do serviço para esse público alvo.

### Quando esteve à frente da Secretaria Municipal de Trabalho, de 1997 a 2000, você tentou dar ao poder público esse papel de articulador. Como foi essa experiência?

O que a gente tentou fazer, já faz sete anos, nos deixou algumas lições importantes. O Fórum de Microfinanças, que surgiu dentro da secretaria e foi retomado mais tarde como uma iniciativa da sociedade civil, é uma boa lição. Ou seja, a gente não fez uma política de substituir o mercado, mas de incentivar o mercado a se desenvolver. Outra boa lição é que a gente não privilegiou nenhum formato institucional específico. A Socialcred vem de empresas de factoring, já a atual Microinvest vem da Fininvest, o VivaCred vem de uma ONG, o Viva Rio... Há uma gama de atores envolvidos nessa história que é muito vasta. Se a gente for pensar no Fundo Carioca, ele já tinha como conselheiros representantes da Firjan, da CUT, de um fórum de entidades da sociedade civil, de diversas secretarias. A gente conseguiu interessar um conjunto da sociedade para prestação de serviços dos quais eles tradicionalmente estavam apartados. Acho que isso foi um grande tento que a gente conseguiu através de uma ação articuladora. Por conta das discussões que promovemos, o SindCred se interessou por ofertar serviços para trabalhadores que estavam fora de sua base de atuação, o que não é nada trivial, porque o sindicato geralmente tende a proteger os interesses da sua base. O setor privado demorou, demorou, mas foi. Embora a atual Prefeitura do Rio tenha feito uma política de microcrédito que eu pessoalmente discordo, eu acho que a estratégia que a gente fez ao longo do governo Conde deu frutos. E eles ainda estão aí, estão crescendo por conta própria. E acho que assim é que tem que ser, a força dessa experiência está nisso.

## e a proposta de política nacional de financiamento da economia popular

### Introdução

A ABCRED nasceu de uma articulação de gestores e operadores de microcrédito em sintonia com outros atores que durante o governo FHC criticavam a fragmentação de ações voltadas ao desenvolvimento do microcrédito e, ao mesmo tempo, se colocavam em oposição à criação de uma indústria de microcrédito centrada na possibilidade exclusiva de facilitar o crescimento das operadoras com fins lucrativos.

Essa visão, estritamente de mercado, não incluía e nem valorizava o uso do microcrédito produtivo orientado como uma importante ferramenta de construção de coesão social voltada para o desenvolvimento e a promoção da inclusão social a partir da facilitação do acesso ao crédito e sua articulação com outras políticas públicas.

No ano de 2003 a ABCRED se contrapôs publicamente aos argumentos e avaliações equivocadas da atual administração do BNDES, assim como às propostas de mudanças no programa PCPP (programa de crédito produtivo popular) que inviabilizaram os aportes de recursos financeiros oriundos do FAT para as operações de microcrédito. Ao mesmo tempo, iniciou um debate com o governo a partir de proposta de organização de um sistema nacional para financiamento da economia popular entregue ao Presidente Lula em reunião no dia 09 de abril.

O esforço para convencer as diversas áreas do governo do prejuízo causado pelos equívocos da administração do BNDES e da necessidade de se estabelecer uma política nacional para o setor resultou na formação e instalação do GTI de microcrédito e microfinanças em 19 de dezembro de 2003.

O governo, com o GTI, passou a demonstrar uma efetiva vontade política de encaminhar soluções ouvindo a sociedade e, em fevereiro, fez uma reunião onde recebeu as primeiras propostas dos diversos atores presentes. Posteriormente, sensibilizado pela urgência de soluções nas articulações internas de governo, o Presidente da República indicou o Ministro José Graziano como seu representante direto para ajudar a viabilizar as soluções encaminhadas principalmente pelos representantes do Ministério da Fazenda e do Trabalho que compõem o GTI, resultando em várias ações que descreveremos neste texto.

### Sobre a proposta de uma política nacional

A proposta apresentada pela ABCRED foi formulada com o acúmulo de debate do conjunto dos associados da instituição e sua articulação com representantes do Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro.

Seu objetivo estratégico é contribuir para a construção de um novo modelo de desenvolvimento com base na ampliação das oportunidades de geração de trabalho com distribuição de renda, focando no ambiente produtivo da economia popular. Com isso, tendo como pano de fundo a solidariedade e a promoção da coesão social, desenvolver ações para criar um sistema permanente e estável de microcrédito produtivo orientado, ampliando sua abrangência e impacto no território nacional com a articulação de outras políticas públicas.

Essa proposta tem como centralidade as necessidades dos empreendimentos populares. Considera a situação sócio-econômica dos empreendedores e o ambiente de suas atuações e compreende como estratégico o processo metodológico da ação presencial do agente de crédito que caracteriza toda operação do microcrédito produtivo orientado.

Ao mesmo tempo, com o entendimento de que o microcrédito é uma ferramenta importante para auxiliar as formas autônomas de obtenção de renda, para a construção de coesão social e formação de redes de cooperação na promoção da inclusão social, propõe também uma articulação com outras políticas públicas que levem ao desenvolvimento local de forma sustentável. O fundamental nessa

proposta, portanto, é o foco nos empreendimentos populares, a estratégia presencial do microcrédito produtivo orientado como forma de operação e a articulação com outras políticas de apoio como um caminho para o desenvolvimento com distribuição de renda e promoção da inclusão social.

Com esse enfoque além da necessidade de se garantir recursos estáveis para o fundo rotativo de crédito, é importante que sejam buscados os recursos financeiros e não financeiros para o fortalecimento da capacidade de operação e ampliação das instituições, assim como, que seja formulada a integração das políticas em torno das necessidades dos empreendedores, completando assim as ações em todos os campos do quadro explicativo do sistema proposto.

O sistema pressupõe, como princípio, a existência de efetivo controle social, uma articulação e coordenação de políticas para evitar dispersão e fragmentação e, sua permanência no longo prazo de forma sustentável e impermeável ao ciclo político-eleitoral.

Ao mesmo tempo, busca como resultado a ampliação do acesso de empreendedores populares ao microcrédito, a dinamização das economias locais com o fortalecimento do mercado interno; e ainda, a multiplicação de redes de cooperação entre os empreendedores, o fortalecimento das iniciativas de economia solidária com a estruturação de novos negócios para a construção da autonomia e emancipação socioeconômica dos empreendedores de mais baixa renda.

### Situação atual

Desde o início do Governo do Presidente Lula, por uma série de questões paralisou-se a ação do BNDES em relação ao setor de microcrédito, enfatizando-se a bancarização, propiciando a abertura de contas populares e outras atividades que não configuravam o microcrédito produtivo orientado objetivado pela ABCRED e seus associados.

O primeiro grupo de trabalho interministerial foi criado para tratar das questões relativas ao setor mas limitou-se a tratar de assuntos ligados às cooperativas de crédito e às já mencionadas medidas de bancarização. As medidas provisórias nºs 121 e 122 editadas em junho de 2003 e transformadas posteriormente em lei, fixaram a obrigatoriedade de aplicação de 2% (dois por cento) dos depósitos a vista dos bancos oficiais e privados, no setor, porém ao limitar a taxa de juros a ser praticada na conta (2%) tornou-se inviável e desinteressante para as instituições financeiras, que quase nada investiram no setor.

Em fins do ano passado, novo grupo de trabalho foi criado convocando-se a sociedade civil para que esta, através de suas entidades representativas, opinasse sobre os rumos do setor. A partir deste momento, é visível a melhoria das relações entre o governo e a sociedade civil com nítido progresso na regulamentação.

Culminando com o processo de negociação e ajuste entre sociedade civil e Governo Federal, o Banco Central editou a resolução nº 3229 em agosto do corrente, propiciando aos bancos vantagens que, sem dúvida, se refletirão em investimentos efetivos no setor.

Dentre outros méritos a Resolução nº 3229 traz definição precisa sobre a atividade de microcrédito produtivo orientado, definição esta até então inexistente e que se traduz em importante avanço para o setor e para a atividade.

Negociações intensas seguem sendo feitas para edição de medida provisória ainda no mês de novembro contemplando os avanços no relacionamento entre a sociedade civil e o Estado, sendo certo que a ABCRED tem participado ativamente do debate e vem dando sua contribuição para que as novas normas representem um real avanço para o sucesso do microcrédito produtivo orientado do país.

## Queremos notícias suas!

O Boletim do Fórum de Microfinanças quer ser o veículo de comunicação das instituições que trabalham no setor microfinanceiro. Entre em contato conosco e nos mande suas notícias: dados de operações, suas atividades, suas conquistas, suas demandas, suas histórias de sucesso e suas dificuldades. Assim, aprendemos uns com os outros e avançamos juntos. Mande um e-mail para [forum@forumdemicrofinancas.org.br](mailto:forum@forumdemicrofinancas.org.br).

# Distribuição Geográfica dos Microempreendedores no Estado do Rio de Janeiro

Adriana Fontes<sup>1</sup>

No número anterior deste boletim foi feita uma análise agregada sobre a evolução e as características dos microempreendedores do Estado do Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Identificou-se uma grande heterogeneidade destas atividades, sendo fundamental sua análise por segmentos. O intuito desta seção é analisar a distribuição geográfica dos microempreendedores, através dos dados do Censo 2000<sup>3</sup>. Onde estão localizados os microempreendedores do estado? Existem diferenças entre os municípios? Quais municípios com maior participação de microempreendedores? São aqueles que conseguem prover um rendimento melhor para esse grupo?

Do total de microempreendedores (trabalhadores por conta própria e empregadores com até 10 ocupados) do Estado do Rio de Janeiro, cerca de 42% são residentes na capital. Os demais 60%, estão pulverizados nos 90 municípios restantes. Vale destacar a representatividade de São Gonçalo (6,1%), Nova Iguaçu (5,7%), Caxias (4,6%) e Niterói (3,7%). Considerando apenas os empregadores, metade está na Cidade do Rio de Janeiro. A Região Metropolitana abriga 74% dos microempreendedores fluminenses. A segunda região mais representativa é a Serrana com 7% do total, o que pode estar refletindo a presença do pólo de confecções.

A participação dos municípios e das regiões está muito relacionada ao tamanho da população do território. Para identificar as cidades "mais empreendedoras", deve-se, entretanto, observar a representatividade desse grupo no total de ocupados da região. Conforme a Tabela 1, esse índice varia de 44%, em São José de Ubá, a 14%, em Varre-Sai, ambos na Região do Noroeste Fluminense. Dos 21 municípios do estado com mais de 100 mil habitantes, destacam-se Cabo Frio com 31,3% e, no extremo oposto, Volta Redonda com 21,8%. Já em termos de região do estado, a Baixada Litorânea tem o maior índice (29%), e o Médio Paraíba, o menor percentual de microempreendedores (22%), como pode observar-se no Gráfico 1.

Há uma grande diversidade entre os microempreendedores dos diferentes municípios do estado. Quanto à renda, enquanto em Niterói os microempreendedores ganham em média R\$ 1.420 por mês, em São João da Barra, no Norte Fluminense, a média é de R\$ 343. Das cidades com mais de 100 mil habitantes, Belford Roxo se destaca com a menor média de rendimentos dos microempreendedores (R\$ 488). Com relação às regiões, a maior renda média é obviamente a da Região Metropolitana (R\$ 994) enquanto a menor média é apresentada pelos microempreendedores do Norte Fluminense.

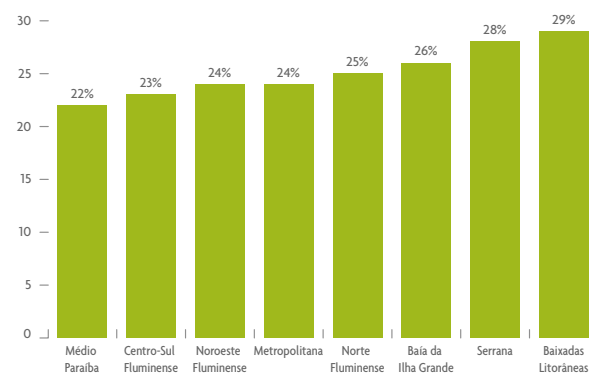
Levando em conta a educação como determinante formal da qualidade do negócio, percebe-se que enquanto existem municípios onde nenhum empregador chegou a entrar na universidade, em cidades como Niterói, Pinheiral e Rio de Janeiro, metade dos empregadores com até 10 ocupados tem 12 anos ou mais de estudo. Na média do estado, 38% dos empregadores chegaram à universidade. No caso dos trabalhadores por conta própria, esse percentual é de apenas 14%, sendo que varia de 0% em Carapebus, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto e Sumidouro a 34% em Niterói e 23% no Rio de Janeiro.

Tabela 1: Percentual de microempreendedores na ocupação total dos municípios do Estado do Rio de Janeiro

1 São José de Ubá	43,9%	47 Rio de Janeiro	24,5%
2 Sumidouro	35,6%	48 Angra dos Reis	24,4%
3 Saquarema	34,4%	49 São Gonçalo	24,2%
4 São João da Barra	33,1%	50 Nova Iguaçu	23,9%
5 Trajano de Moraes	32,2%	51 Belford Roxo	23,7%
6 Maricá	32,1%	52 Queimados	23,7%
7 Cabo Frio	31,3%	53 Duque de Caxias	23,2%
8 Parati	31,0%	54 Paraiba do Sul	23,1%
9 São Francisco de Itabapoana	30,9%	55 Cardoso Moreira	22,9%
10 Rio das Ostras	30,7%	56 Engenheiro Paulo de Frontin	22,7%
11 Sapucaia	30,6%	57 Macaé	22,4%
12 Teresópolis	30,1%	58 São João de Meriti	22,3%
13 Iguaba Grande	30,0%	59 Três Rios	22,3%
14 Armação de Búzios	29,9%	60 Santa Maria Madalena	22,3%
15 Nova Friburgo	28,8%	61 Nilópolis	22,3%
16 Aperibe	28,5%	62 Barra Mansa	22,1%
17 Itaocara	28,3%	63 Resende	22,1%
18 São Sebastião do Alto	28,0%	64 Natividade	21,8%
19 Rio Bonito	28,0%	65 Volta Redonda	21,8%
20 Araruama	27,8%	66 Barra do Pirai	21,7%
21 São José do Vale do Rio Preto	27,8%	67 Cantagalo	21,6%
22 Miguel Pereira	27,5%	68 Rio Claro	21,5%
23 Cambuci	27,3%	69 Santo Antônio de Pádua	21,5%
24 Petrópolis	27,2%	70 Miracema	21,4%
25 Mangaratiba	27,0%	71 Silva Jardim	21,2%
26 Arraial do Cabo	26,9%	72 Cordeiro	21,0%
27 Itaguaí	26,7%	73 Bom Jesus do Itabapoana	21,0%
28 Magé	26,6%	74 Pinheiral	20,7%
29 Areal	26,5%	75 Itaitiaia	20,7%
30 Guapimirim	26,5%	76 Rio das Flores	20,6%
31 São Pedro da Aldeia	26,1%	77 Japeri	20,3%
32 Cachoeiras de Macacu	26,0%	78 Carmo	20,3%
33 Campos dos Goytacazes	25,9%	79 Vassouras	20,2%
34 São Fidelis	25,8%	80 Paracambi	20,1%
35 Niterói	25,7%	81 Conceição de Macacu	19,5%
36 Itaperuna	25,7%	82 Comendador Levy Gasparian	19,4%
37 Duas Barras	25,6%	83 Mendes	19,4%
38 Paty do Alferes	25,6%	84 Laje do Muriaé	19,3%
39 Casimiro de Abreu	25,6%	85 Pirai	19,3%
40 Tangará	25,5%	86 Carapebus	19,2%
41 Italva	25,3%	87 Porciúncula	18,6%
42 Quatis	25,2%	88 Macuco	15,9%
43 Bom Jardim	24,9%	89 Quissamã	15,9%
44 Itaboraí	24,9%	90 Porto Real	15,2%
45 Valença	24,5%	91 Varre-Sai	14,3%
46 Seropédica	24,5%		

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO 2000. OS MUNICÍPIOS EM NEGRITO SÃO OS QUE POSSUEM MAIS DE 100 MIL HABITANTES.

Gráfico 1: Percentual de microempreendedores no total de ocupados em cada região do estado do Rio de Janeiro

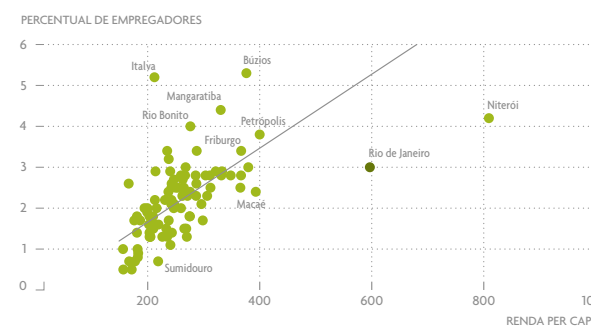


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO 2000.

Os fatores que determinam maiores percentuais de microempreendedores são múltiplos. A ideia neste número foi investigar a relação do percentual de microempreendedores, com algumas variáveis do município como renda per capita e taxa de desemprego. Para essa análise utilizou-se a mesma separação do boletim anterior, distinguindo entre trabalhadores por conta própria com até 11 anos de estudo, que estão em situações mais precárias em termos de renda, os trabalhadores por conta própria com 12 anos ou mais de estudo e os empregadores.

O Gráfico 2 relaciona a renda per capita do município e o percentual de empregadores com até 10 ocupados. A relação é positiva, quanto mais rico o município, maior a participação dos empregadores no total de ocupados<sup>4</sup>. Através desse exercício é possível observar a compatibilidade entre os percentuais de empreendedores e a renda per capita do município. O Rio de Janeiro, por exemplo, com o seu nível de renda familiar per capita deveria ter mais empregadores do que possui. De acordo com a renda per capita de cerca de 600 reais, seria esperado que tivesse mais de 5% de empregadores, ao invés de cerca de 3%. O mesmo pode ser dito para Niterói ou Macaé, dados suas renda, deveriam ter índices de empreendedorismo maiores. Já municípios como Búzios, Italva, Magaratiba e Rio Bonito apresentam percentuais de empregadores bastante superiores aos esperados dada sua renda per capita.

Gráfico 2: Relação entre renda per capita do município e percentual de empregadores – 2000



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO 2000.

Essa mesma relação com renda per capita foi verificada para os trabalhadores por conta própria com 12 anos ou mais de estudo, onde estão classificados os profissionais liberais. Ou seja, municípios com renda mais alta possuem um maior percentual de trabalhadores por conta própria com 12 anos de estudo ou mais. O mesmo não pode ser dito, entretanto, para os trabalhadores por conta própria com até 11 anos de estudo já que não foi encontrada nenhuma associação entre renda per capita do município e participação desse grupo no total de ocupados.

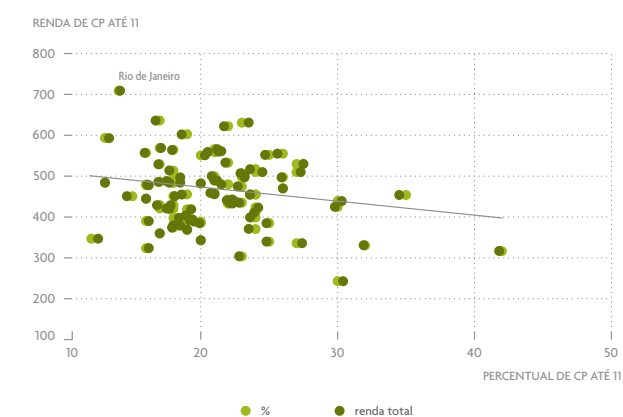
O desemprego costuma ser apontado como um dos fatores que levam ao trabalho informal, característica prevaiente nos microempreendimentos. Buscou-se alguma relação entre a taxa de desemprego dos municípios e o percentual de microempreendedores. Apesar dos coeficientes de correlação serem baixos, o que possui maior associação com a taxa de desemprego, dos três grupos analisados, é o de trabalhadores por conta própria com até 11 anos de estudo, sendo esta negativa. Isto significa dizer que municípios que apresentam menores taxas de desemprego possuem maior percentual de ocupados conta-própria com até 11 anos de estudo. Esse resultado corrobora a tese de que essas atividades funcionam como "colchão" absorvendo mão-de-obra expulsa do mercado de trabalho, fazendo com que

o desemprego não seja tão alto. Já para o grupo de trabalhadores por conta própria mais escolarizado (12 anos de estudo ou mais) a associação com o desemprego, além de ser ainda mais fraca que a do grupo menos escolarizado é positiva, ou seja, municípios com maiores taxas de desemprego apresentam também os maiores percentuais de trabalhadores por conta própria com mais de 12 anos de estudo na ocupação total.

Os microempreendedores têm comportamento diferenciado de outras formas de inserção na atividade econômica como os empregados. Enquanto estes participam do mercado de trabalho, vendendo força de trabalho, os primeiros participam do mercado de bens e serviços. Por estarem nesse mercado têm seus rendimentos definidos basicamente pelos preços dos bens e serviços comercializados<sup>5</sup>. Como são unidades muito pequenas não têm a capacidade de influenciar o preço, atuando em um ambiente, portanto, próximo ao de concorrência perfeita. Para analisar o funcionamento das atividades microempreendedoras, observou-se a relação entre percentual de trabalhadores por conta própria, com até 11 anos de estudo e com mais de 12 anos de estudo, ou empregadores e renda aferida por cada grupo.

Corroborando a tese de competitividade das atividades autônomas, a relação foi negativa entre renda dos trabalhadores por conta própria com até 11 anos de estudo e sua participação no total de ocupados, como se pode observar no Gráfico 3. Em outras palavras, quanto maior a representatividade dos trabalhadores por conta própria menos escolarizados na ocupação total, menores são os rendimentos ganhos por esse grupo. Um acréscimo de 1 ponto percentual na participação deles no total de ocupados significa uma redução de 1% na renda deste grupo. Quanto maior a quantidade, menor o preço. O problema da competição via preços neste mercado é que, em geral, as escalas desses empreendimentos são reduzidas<sup>6</sup>.

Gráfico 3: Relação entre percentual de trabalhadores por conta-própria com até 11 anos de estudo na ocupação total do município e a renda desse grupo – 2000



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO 2000.

Já para os empregadores e para trabalhadores por conta própria mais escolarizados, a relação é positiva com a renda deles. Ou seja, quanto maior a renda maior a participação dessas atividades na ocupação total. Esses dois grupos, diferentemente dos menos escolarizados, tendem a estar em atividades microempreendedoras mais por escolha própria. Essa opção parece ser mais freqüente em lugares que conseguem prover rendimentos maiores para essas atividades. Outra possível explicação é que, por terem níveis de escolaridade mais altos e serem mais estruturados, têm maior capacidade para diferenciar seu produto ou serviço, o que faz com que a lucratividade dos empreendimentos seja maior.

1. Colaboraram Alinne Veiga e Eduardo Neto, sobretudo, para a geração dos dados e nas análises estatísticas.

2. Assim como no número anterior definimos como microempreendedores, os trabalhadores por conta própria e os empregadores, donos de negócios com até dez empregados.

3. Os totais apresentados são diferentes do número anterior por se tratarem de bases de dados distintas.

4. Vale destacar que o R2 encontrado na regressão foi de 0,29. O que significa que a variável renda explica apenas 29% da variabilidade do percentual de empregados.

5. Segundo a Ecin/IBGE 97, metade dos empreendedores no Rio negocia o preço com o cliente e a segunda forma de determinação de preços mais utilizada é através do preço de outras empresas concorrentes

## Renda do trabalho segundo os municípios do Estado do Rio de Janeiro

	TOTAL DE OCUPADOS	TRABALHADORES POR CONTA-PRÓPRIA COM ATÉ 11 ANOS DE ESTUDO	TRABALHADORES POR CONTA-PRÓPRIA COM 12 ANOS DE ESTUDO OU MAIS	EMPREGADORES COM ATÉ 10 FUNCIONÁRIOS	TOTAL DE MICROEMPREENDEDORES
<b>Municípios do Estado do Rio</b>					
Angra dos Reis	569	551	2.023	1.709	765
Aperibe	419	385	597	3.077	666
Araruama	461	517	1.568	1.495	669
Areal	468	533	1.582	1.691	731
Armação de Búzios	648	622	1.420	2.710	1.070
Arraial do Cabo	501	497	1.082	1.489	621
Barra do Pirai	470	451	1.156	1.510	599
Barra Mansa	558	488	1.690	2.683	843
Belford Roxo	416	435	971	1.516	488
Bom Jardim	402	561	624	1.324	644
Bom Jesus do Itabapoana	386	380	1.487	1.356	522
Cabo Frio	576	555	1.668	2.326	813
Cachoeiras de Macacu	395	455	1.100	1.643	549
Cambuci	348	340	928	1.924	462
Carapebus	411	429	887	887	462
Comendador Levy Gasparian	324	360	693	1.333	443
Campos dos Goytacazes	482	433	1.604	1.790	611
Cantagalo	442	569	1.009	1.998	778
Cardoso Moreira	318	385	1.366	927	463
Carmo	432	421	1.266	4.478	909
Casimiro de Abreu	490	490	1.131	2.870	777
Conceição de Macacu	408	390	935	1.836	617
Cordeiro	487	564	3.132	1.455	808
Duas Barras	343	399	1.414	1.907	502
Duque de Caxias	497	459	1.201	3.556	669
Engenheiro Paulo de Frontin	373	394	1.485	1.135	529
Guapimirim	465	480	1.029	2.433	762
Iguaba Grande	461	455	1.328	1.439	650
Itaboraí	423	443	1.552	1.319	541
Itaguaí	519	631	1.196	1.695	736
Italva	409	392	1.098	1.801	706
Itaocara	480	371	1.213	2.465	666
Itaperuna	455	441	1.570	1.465	599
Itatiaia	486	429	1.514	1.352	618
Japeri	384	389	814	2.963	452
Laje do Muriaé	295	398	300	1.009	421
Macaé	744	602	2.028	2.604	909
Macuco	448	593	3.000	1.481	774
Magé	435	423	1.302	1.620	524
Mangaratiba	587	566	1.737	1.296	745
Maricá	550	470	1.391	1.708	673
Mendes	474	479	1.299	1.711	667
Miguel Pereira	552	560	1.266	3.393	948
Miracema	404	486	1.983	1.142	704
Natividade	397	514	1.210	1.800	713
Nilópolis	546	497	1.278	1.547	651
Niterói	1.216	709	2.095	2.627	1.420
Nova Friburgo	553	507	1.661	1.947	777
Nova Iguaçu	501	456	1.446	1.895	611
Paracambi	503	484	844	1.674	582
Paraíba do Sul	456	369	1.840	3.703	834
Parati	583	510	1.371	2.478	702
Paty do Alferes	363	501	1.212	923	551
Petrópolis	667	559	1.971	1.911	898
Pinheiral	457	484	1.166	1.275	563
Pirai	491	491	1.234	1.191	674
Porciúncula	299	324	2.116	1.971	544
Porto Real	440	484	1.197	4.701	949
Quatis	453	500	1.111	1.410	644
Queimados	416	434	1.182	1.428	489
Quissamã	380	451	1.971	1.096	514
Resende	638	529	1.511	2.105	830
Rio Bonito	478	475	1.773	1.802	725
Rio Claro	369	419	1.025	537	452
Rio das Flores	312	374	1.943	656	472
Rio das Ostras	589	497	1.586	3.207	813
Rio de Janeiro	990	636	2.188	2.988	1.228
Santa Maria Madalena	320	343	606	965	399
Santo Antônio de Pádua	395	379	997	2.509	611
São Francisco de Itabapoana	339	425	4.000	5.984	611
São Fidelis	364	304	1.712	1.063	412
São Gonçalo	510	489	1.167	1.751	607
São João da Barra	328	331	700	674	343
São João de Meriti	479	482	1.042	1.759	587
São José de Ubá	370	317	195	5.225	545
São José do Vale do Rio Preto	422	552	1.291	1.100	621
São Pedro da Aldeia	493	435	1.186	1.821	578
São Sebastião do Alto	286	336	500	804	345
Sapucaia	451	530	1.358	2.595	716
Saquarema	443	439	1.946	1.814	609
Seropédica	493	438	1.473	2.577	583
Silva Jardim	359	455	1.108	1.923	612
Sumidouro	343	454	683	1.885	483
Tanguá	383	411	663	1.115	451
Teresópolis	552	510	1.521	2.178	760
Trajano de Moraes	285	243	1.607	3.037	386
Três Rios	452	420	1.754	1.510	664
Valença	431	404	1.318	1.314	611
Varre-Sai	284	347	800	2.327	591
Vassouras	491	445	1.193	1.022	575
Volta Redonda	636	478	1.470	1.918	789

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO CENSO 2000.

## Número de trabalhadores segundo os municípios do Estado do Rio de Janeiro

	OCUPADOS		TRABALHADORES POR CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADORES COM ATÉ 10 FUNCIONÁRIOS		TOTAL DE MICROEMPREENDEDORES	
	Número de Trabalhadores	% dos Ocupados	com até 11 anos de estudo		com 12 anos de estudo ou mais		Número de empregadores	% dos ocupados
			Número de Trabalhadores	% dos Ocupados	Número de Trabalhadores	% dos Ocupados		
<b>Municípios do Estado do Rio</b>								
Angra dos Reis	42.557	8.644	20,3	703	1,7	1.023	2,4	10.371
Aperibe	3.396	843	24,8	27	0,8	99	2,9	968
Araruama	30.554	7.203	23,6	438	1,4	843	2,8	8.484
Areal	3.965	863	21,8	81	2,0	106	2,7	1.050
Armação de Búzios	8.021	1.741	21,7	226	2,8	428	5,3	2.394
Arraial do Cabo	9.777	2.265	23,2	90	0,9	273	2,8	2.629
Barra do Pirai	32.819	5.933	18,1	598	1,8	594	1,8	7.126
Barra Mansa	63.533	11.123	17,5	1.440	2,3	1.484	2,3	14.046
Belford Roxo	144.642	32.025	22,1	1.005	0,7	1.192	0,8	34.223
Bom Jardim	9.213	1.979	21,5	75	0,8	243	2,6	2.297
Bom Jesus do Itabapoana	13.447	2.420	18,0	99	0,7	298	2,2	2.818
Cabo Frio	48.267	12.378	25,6	1.381	2,9	1.329	2,8	15.088
Cachoeiras de Macacu	18.875	4.446	23,6	170	0,9	296	1,6	4.912
Cambuci	5.977	1.485	24,8	35	0,6	113	1,9	1.634
Carapebus	3.397	605	17,8	-	-	46	1,4	651
Comendador Levy Gasparian	2.929	497	17,0	34	1,2	37	1,3	568
Campos dos Goytacazes	149.420	33.278	22,3	2.302	1,5	3.099	2,1	38.679
Cantagalo	8.006	1.367	17,1	158	2,0	204	2,5	1.730
Cardoso Moreira	4.511	897	19,9	18	0,4	117	2,6	1.031
Carmo	6.296	1.100	17,5	28	0,4	148	2,3	1.275
Casimiro de Abreu	9.399	1.977	21,0	185	2,0	240	2,6	2.402
Conceição de Macacu	7.050	1.139	16,2	30	0,4	205	2,9	1.373
Cordeiro	7.310	1.306	17,9	101	1,4	128	1,8	1.535
Duas Barras	4.607	1.089	23,6	29	0,6	61	1,3	1.179
Duque de Caxias	268.873	55.610	20,7	3.178	1,2	3.461	1,3	62.249
Engenheiro Paulo de Frontin	4.628	899	19,4	85	1,8	65	1,4	1.050
Guapimirim	13.796	2.971	21,5	216	1,6	467	3,4	3.653
Iguaba Grande	5.617	1.328	23,6	189	3,4	166	2,9	1.682
Itaboraí	68.074	15.210	22,3	636	0,9	1.098	1,6	16.944
Itaguaí	28.806	6.766	23,5	327	1,1	588	2,0	7.681
Italva	4.654	892	19,2	46	1,0	240	5,2	1.178
Itaocara	10.098	2.375	23,5	141	1,4	346	3,4	2.862
Itaperuna	35.718	7.812	21,9	551	1,5	804	2,3	9.168
Itatiaia	10.221	1.714	16,8	182	1,8	219	2,1	2.115
Japeri	25.935	5.068	19,5	76	0,3	117	0,5	5.261
Laje do Muriaé	3.050	561	18,4	6	0,2	23	0,7	590
Macaé	54.829	10.194	18,6	790	1,4	1.323	2,4	12.307
Macuco	1.646	219	13,3	6	0,4	37	2,2	262
Magé	69.471	16.832	24,2	423	0,6	1.245	1,8	18.500
Mangaratiba	9.370	1.988	21,2	130	1,4	411	4,4	2.529
Maricá	29.452	7.661	26,0	946	3,2	843	2,9	9.450
Mendes	6.448	1.037	16,1	65	1,0	147	2,3	1.249
Miguel Pereira	9.600	2.042	21,3	314	3,3	284	3,0	2.640
Miracema	10.445	1.764	16,9	216	2,1	250	2,4	2.230
Natividade	6.306	1.113	17,7	107	1,7	155	2,5	1.376
Nilópolis	57.108	10.551	18,5	1.191	2,1	978	1,7	12.720
Niterói	193.093	27.306	14,1	14.328	7,4	8.073	4,2	49.706
Nova Friburgo	77.663	17.817	22,9	1.962	2,5	2.620	3,4	22.399
Nova Iguaçu	321.756	67.457	21,0	4.144	1,3	5.431	1,7	77.032
Paracambi	13.389	2.371	17,7	147	1,1	177	1,3	2.695
Paraíba do Sul	14.226	2.699	19,0	229	1,6	357	2,5	3.285
Parati	12.326	3.366	27,3	139	1,1	312	2,5	3.817
Paty do Alferes	9.550	2.215	23,2	85	0,9	144	1,5	2.444
Petrópolis	120.253	24.674	20,5	3.466	2,9	4.586	3,8	32.726
Pinheiral	6.654	1.228	18,5	80	1,2	70	1,1	1.377
Pirai	7.789	1.237	15,9	149	1,9	118	1,5	1.504
Porciúncula	6.574	1.062	16,2	42	0,6	118	1,8	1.222
Porto Real	4.463	581	13,0	28	0,6	70	1,6	679
Quatis	4.195	872	20,8	50	1,2	134	3,2	1.056
Queimados	40.010	8.876	22,2	237	0,6	352	0,9	9.465

# Análise do Setor de Microfinanças no Rio de Janeiro



**FÓRUM**  
microfinanças

Como um dos objetivos desta publicação é analisar a evolução do setor de microfinanças no Rio de Janeiro, o Fórum solicitou dados de diversas instituições atuantes no Estado do Rio de Janeiro. As informações do quadro abaixo são referentes às quatro instituições a seguir que responderam à solicitação no prazo estabelecido:

- Banco da Mulher – Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)
- Socialcred – Sociedade Anônima de Capital Fechado
- Sindcred – Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)
- Fininvest Microcrédito – SCM (Sociedade de Crédito ao Microempreendedor)

Em termos de histórico do setor, quase 15 mil empréstimos foram concedidos ao longo da vida dessas instituições, representando um montante de 23,4 milhões de reais. O valor médio dos empréstimos já concedidos é de 1.565 reais. As taxas de juros cobradas variam de 3,6% a 4,2% sendo que a taxa média está em torno de 3,8%, próxima da média das taxas cobradas pelas instituições de microcrédito brasileiras, segundo levantamento do Ibam (<http://www2.ibam.org.br/microfin/index.asp>).

Com relação ao panorama de 2004, a carteira ativa está em torno de R\$ 5,3 milhões, para um total de 2.238 clientes. O prazo médio de empréstimos é de 7 meses (também coerente com a média brasileira, segundo o Ibam). A maioria dos clientes é informal (76%). O valor médio dos empréstimos é de R\$ 2.390, o que representa um crescimento de 53% em relação à média histórica. Mesmo descontando a inflação, é uma variação significativa, que pode estar refletindo, por um lado, a evolução da relação das instituições com a clientela – elemento primordial das metodologias de concessão de crédito utilizadas – possibilitando a liberação de empréstimos maiores, e por outro, o atendimento de um nicho de mercado um pouco mais estruturado, mas que também está demandando crédito fora do sistema financeiro formal.

## Quadro sobre o Desempenho do Setor de Microfinanças

Taxa de Juros	3,80%
Carteira Ativa	R\$ 5.349.518
Nº de clientes ativos	2.238
Prazo médio (nº de meses)	7
Valor médio	R\$ 2.390
Percentual de clientes informais	76%
Empréstimos já concedidos	R\$ 23.415.656
Nº de empréstimos já concedidos	14.964
Prazo médio (nº de meses)	4
Valor médio	R\$ 1.565

## QUEM PARTICIPA DO FÓRUM

### OPERADORAS

**ALDRAVA SCM** | (21) 2240-6319  
[www.geocities.com/aldrava](http://www.geocities.com/aldrava)

**BANCO DA MULHER** | (21) 2240-0064  
[www.bancodamulher.org.br](http://www.bancodamulher.org.br)

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)**  
[www.cef.gov.br](http://www.cef.gov.br)

**CRED PRODUIR** | (21) 2262-7512

**CRESCER SCM** | (21) 2531-2196

**FININVEST MICROCRÉDITO** | (21) 3284-9777  
[www.fininvest.com.br](http://www.fininvest.com.br)

**FOCO SCM** | (21) 2222-1701

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA (IDACO)**  
(21) 2233-4535 / (21) 2516-8552  
[www.idaco.org.br](http://www.idaco.org.br)

**RÓTULA SCM** | (21) 2544-4232

**SINDCRED** | (21) 2567-7137

**SOCIALCRED SCM** | (21) 2221-6468  
[www.socialcred.com.br](http://www.socialcred.com.br)

**VIVACRED** | (21) 3322-1412  
[www.vivacred.com.br](http://www.vivacred.com.br)

### OUTRAS INSTITUIÇÕES

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DIRIGENTES DE ENTIDADES GESTORAS E OPERADORAS DE MICROCRÉDITO (ABCRED)**  
[www.forumdemicofinancas.org.br/Abcred/index.html](http://www.forumdemicofinancas.org.br/Abcred/index.html)

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SOCIEDADES DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR (ABSCM)**  
[www.abscm.com.br](http://www.abscm.com.br)

**BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN)**  
[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)

**INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS)**  
[www.iets.inf.br](http://www.iets.inf.br)

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM)**  
[www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br)

**INSTITUTO DE SERVIÇOS, ESTUDOS E REALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SERE)**  
[www.sere.org.br](http://www.sere.org.br)

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
[www.governo.rj.gov.br](http://www.governo.rj.gov.br)

**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
[www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br)

**SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO RIO DE JANEIRO (SEBRAE-RJ)**  
[www.sebraerj.com.br](http://www.sebraerj.com.br)

Fórum de Microfinanças  
Rio de Janeiro

**Presidente**  
Manuel Thedim

**Secretária-Executiva**  
Adriana Fontes

**Estatística**  
Alinne Veiga

**Estatístico-assistente**  
Eduardo Neto

**Assessora de imprensa**  
Rosa Lima

Boletim do  
Fórum de Microfinanças  
Rio de Janeiro

**Edição e jornalista responsável**  
Rosa Lima

**Projeto e prod. gráfica**  
Soter Design

**Este boletim é uma publicação do Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro, com o apoio do Sebrae-RJ e do Iets.**

Praia do Flamengo, 100,  
cobertura 22210-030

Rio de Janeiro RJ  
Tel/fax. [55 21] 3235-6315

[www.forumdemicofinancas.org.br](http://www.forumdemicofinancas.org.br)  
[forum@forumdemicofinancas.org.br](mailto:forum@forumdemicofinancas.org.br)